TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

GABINETE DESEMBARGADOR MÁRCIO VIDAL

MANDADO DE SEGURANÇA N. 1005331-70.2017.8.11.0000

IMPETRANTE: GIBSON LYRA SOUZA DE LIMA

IMPETRADO: COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos, etc.

Trata-se de Mandado de Segurança, impetrado por Gibson Lyra Souza de Lima, contra o ato, tido por ilegal, do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, que considerou o Impetrante inapto na fase de Avaliação Psicológica, do Processo Seletivo interno do último Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos da PM/MT (CHOA/2017), regido pelo Edital n. 001/DGP/PMMT, de 08 de maio de 2017.

O Impetrante explica que o CHOA/2017 visa ao preparo funcional ao posto inicial de 2º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais (QCOPM), devendo o militar, para a promoção, atender aos requisitos da lei de promoções da PMMT, e ser aprovado nas quatro fases eliminatórias, e que foi reprovado na 2ª fase do certame, por não ter demonstrado adequação ao perfil profissiográfico, abordado na Portaria n. 20/2012/GAB – ESP/PM/CBM/PJC/POLITEC, para o exercício do cargo.

Diz possuir a graduação de 1º Sargento da Polícia Militar de Mato Grosso e contar com 12 anos de serviços prestados à Corporação, que já fora aprovado em outros testes de Avaliação Psicológica, por ocasião do ingresso na Corporação Militar.

Sustenta a violação ao seu direito líquido e certo de seguir nas demais etapas do certame, ao alegar que o exame psicológico não deve ser critério eliminatório, dada a não observância das regras de objetividade e a falta de fundamentação do ato coator, a negativa em fornecer as cópias dos testes aplicados, bem como que foi prejudicado por fatores externos, tais como o atraso no início da prova e a pouca iluminação no local.

Por fim, defendendo a sua aptidão e o perfil profissional para o cargo almejado, de 2º Tenente, pugna pela concessão da liminar para suspender os efeitos do resultado da Avaliação Psicológica e determinar a sua permanência no certame, ou que lhe seja oportunizada nova avaliação, em local adequado, com a sua conseqüente participação nas demais fases do Processo Seletivo.

O *writ* veio instruído com os documentos identificados pelos números 705359, 705362, 705366, 705370, 705374, 705377, 705378, 705379, 705381.

É a síntese.

Decido.

Como explicitado, o Impetrante pretende suspender os efeitos da Avaliação Psicológica, do Processo Seletivo interno do último Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos da PM/MT (CHOA/2017), regido pelo Edital n. 001/DGP/PMMT, de 08 de maio de 2017, que o considerou inapto.

Pontuo, de início, que, à luz do art. 5º, LXIX da CRF e do art. 1º da Lei n. 12.016/09, o Mandado de Segurança é ação constitucional, franqueada à proteção de direito líquido e certo, nas hipóteses em que haja lesão, ou ameaça de lesão, em decorrência de conduta ilegal ou abusiva, comissiva ou omissiva, praticada por autoridade pública, ou por quem as suas vezes fizer.

Para a concessão da liminar, conforme prevê a Lei do Mandado de Segurança, devem estar presentes dois requisitos, quais sejam a relevância dos motivos, em que se assenta o pedido inicial, e a possibilidade de ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, se vier a ser reconhecido o seu direito somente na decisão de mérito (Lei n. 12.016/2009, art. 7º, III).

Na espécie, após a análise dos autos e dos documentos que o acompanham, não verifico a presença dos pressupostos retromencionados, especialmente, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial, pois, a princípio, não conferem a certeza acerca da ilegalidade do ato tido como coator.

In casu, o Impetrante busca prosseguir nas demais fases do CHOA/2017, aos argumentos de que o exame psicológico não deve ter caráter eliminatório, que não foram observados os critérios de objetividade, bem assim que foi prejudicado pelas condições inadequadas do local da elaboração da prova.

É duvidoso o alegado de que a avaliação psicológica não deva ter natureza eliminatória, uma vez que a Lei Complementar n. 408, de 1º de julho de 2010, que institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, determina que:

Art. 17 Os exames e testes obrigatórios para ingresso nos cursos de formação constarão de:

I - exame intelectual;

II - exame médico-odontológico;

III - teste de aptidão física (TAF);

IV - avaliação psicológica;

§ 1º As avaliações que constam dos incisos deste artigo poderão ser também aplicadas aos demais cursos e estágios previstos na PMMT e CBMMT, de acordo com a peculiaridade de cada curso.

§ 2º Todos os exames e testes de que trata este artigo serão de caráter eliminatório, e também classificatório, conforme o caso.

Dessarte, não existem dúvidas quanto à legalidade da avaliação psicológica como fase a ser transposta pelos candidatos, visto que a exigência encontra amparo na Lei Estadual n. 408/2010, e no Edital do certame, item 5.1.1, b (id. 705366).

De outro giro, quanto aos critérios aplicados, a princípio, verifica-se que foram previamente conhecidos, revestindo-se de objetividade, o que possibilitou ao candidato conhecimento acerca dos motivos pelos quais não foi aprovado.

Com efeito, a jurisprudência tem se orientado no sentido de que a exigência do exame psicológico, de caráter eliminatório, para ingresso na carreira militar não fere nenhum dispositivo constitucional, desde que previsto nas leis do concurso, realizado de forma objetiva, com critérios previamente conhecidos e possibilidade de recurso.

No que diz do ambiente inadequado para a realização da Avaliação Psicológica, não há nos autos do *writ* qualquer prova para corroborar o alegado.

Nesse contexto posto, afigura-se prudente oportunizar a angularização processual do *mandamus*.

Ante o exposto, sem prejuízo de melhor análise da questão no momento do julgamento de mérito, **INDEFIRO** a concessão liminar da segurança.

Colham-se as informações da autoridade coatora apontada na inicial.

Cumpra-se a providência do art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009.

Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para emissão de parecer.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 14 de junho de 2017.

Des. Márcio **VIDAL**,

Relator.

Imprimir